

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IX - Nº 1.690 - BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 6 DE MAIO DE 2003

Combate à pirataria de CDs e ao crime organizado está na pauta de comissões

Maior rigor no tratamento a condenados por crimes graves será analisado hoje pela Subcomissão de Segurança. Amanhã, Comissão de Justiça examina proposta que pune com reclusão de até quatro anos quem piratear obra de arte



O relator Demostenes Torres está propondo, na Subcomissão de Segurança Pública, que o condenado que cometer falta grave enquanto estiver preso seja isolado em prisão de segurança máxima por até 360 dias, prorrogáveis por igual período. Se a falta for cometida em presídio de segurança máxima por integrante do crime organizado, Demostenes sugere que o isolamento dure 720 dias, prazo que pode ser prorrogado. Presos de seguran-

ça máxima só deverão ter contato com advogados e parentes uma vez por mês, e as visitas íntimas serão proibidas. Já a proposta que aumenta as penas nos casos de pirataria de obras de arte protegidas pelo direito autoral será examinada na reunião de amanhã da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O presidente do Senado, José Sarney, prevê que a matéria será aprovada pela Casa até o final deste semestre.

PÁGINA 3

Plenário vota novos critérios para aplicação de recursos do FAT

Projeto que muda a forma de distribuição de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador deve ser votado hoje. Objetivo é reduzir as desigualdades regionais.

PÁGINA 2

Parlamentares cobram conclusão das obras de usina termelétrica

Os senadores Garibaldi Alves Filho e José Agripino criticaram a interrupção das obras da usina Termoçu, localizada no Rio Grande do Norte.

PÁGINA 8

Na homenagem ao Dia do Trabalho, senadores pedem criação de empregos

A preocupação com os altos índices de desemprego foi um dos principais temas abordados durante a homenagem prestada pelo Senado ao Dia Internacional do Trabalho. Paulo Paim, autor do requerimento para celebrar a data, disse que os juros altos inibem a oferta de vagas.

PÁGINAS 4 E 5



Geroldo Magalhães

Conselho analisa prejuízo causado por emissoras clandestinas

O Conselho de Comunicação Social debateu ontem com representantes da Anatel os efeitos da proliferação de emissoras não autorizadas e de rádios comunitárias.

PÁGINA 8

Plenário vota projeto que muda distribuição das verbas do FAT

Proposta a ser apreciada hoje reserva parte dos recursos para geração de emprego e renda para as regiões menos desenvolvidas: Nordeste (4%), Norte (2%) e Centro-Oeste (2%)

Legislação sobre energia em exame na CI

Projetos que alteram a legislação dos setores de recursos hídricos, energia elétrica, combustíveis e telefonia serão examinados pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) em reunião marcada para hoje, a partir das 14h. Estão ainda na pauta da comissão dois projetos que regulamentam a instalação do horário de verão, tema já debatido pela CI em audiência pública. Os projetos que regulamentam o horário de verão receberam parecer contrário de seus relatores.

Uma das matérias a ser examinada pelos senadores, do ex-senador Ricardo Santos, estabelece que nas regiões metropolitanas e nas áreas geográficas de domínio de um mesmo município deverá vigorar apenas a tarifa local no serviço de telefonia fixa comutada. A matéria recebeu parecer favorável, na forma de substitutivo, do senador João Batista Motta (PPS-ES).

Também recebeu parecer favorável, desta vez do senador José Maranhão (PMDB-PB), projeto do senador Gerson Camata (PMDB-ES) para incluir a rodovia de ligação entre a BR-482 e a BR-262 no Plano Nacional de Viação.

Com parecer favorável, projeto do senador Osmar Dias (PDT-PR) elimina a cobrança da taxa mínima de energia elétrica para consumidores residenciais. Para o senador, se o pequeno consumidor souber que poderá pagar unicamente pelo que consumir, terá todo o interesse em economizar.

Projeto que estabelece novos critérios para a distribuição dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), com o objetivo de promover a redução das desigualdades regionais, deverá ser votado hoje pelo Plenário do Senado. A proposta do ex-senador Ademir Andrade reserva, dos recursos do FAT a serem aplicados nos programas de geração de emprego e renda, 2% para a Região Norte, 2% para a Centro-Oeste e 4% para a Nordeste.

De acordo com o projeto, esses recursos serão postos à disposi-

ção dos respectivos estados segundo o critério populacional. Descontados os valores devidos às regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste, o restante dos recursos do FAT será distribuído aos estados também segundo o critério populacional, com base nos dados do mais recente censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na justificativa do projeto, Ademir Andrade afirma que a atual aplicação dos recursos do FAT nos programas de geração de emprego e renda não segue critérios

de distribuição regional, respondendo simplesmente à demanda de projetos e a regras dos agentes financeiros, "que têm contribuído para a concentração da renda nas regiões mais desenvolvidas do país".

Ainda hoje devem ser votados projeto garantindo assessoria de advogado a depoentes de CPIs; projeto de lei do senador Luiz Otávio (PMDB-PA) para incluir canal reservado ao Comando do Exército Brasileiro no serviço de TV a cabo; e dois requerimentos de informação ao ministro da Fazenda.

Audiência debate a situação do idoso

Uma série de audiências públicas para debater a situação da população da terceira idade em todo o país será iniciada hoje, a partir das 13h30, pela Subcomissão do Idoso. Para essa primeira reunião, está confirmada a presença do médico Adriano Gordilho, presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG), que



Cabral preside a Subcomissão do Idoso

falará sobre o envelhecimento ativo do idoso.

A audiência, solicitada pelo presidente da subcomissão, senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), contará também com a participação do reitor da Universidade da Terceira Idade (Unat), Renato Veras, que falará sobre mudanças no mercado de trabalho em decorrência do envelheci-

mento humano, e da professora Maria Fernanda Lima Costa (UFMG), que comentará o perfil demográfico do idoso na cidade e no campo. Está confirmada, ainda, a presença da professora Úrsula Karsch, da PUC-SP.

A subcomissão também vai realizar audiências públicas em alguns estados, a primeira delas no Rio de Janeiro. Depois, virão Tocantins, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná e Acre.

Nova subcomissão será instalada amanhã

A Subcomissão Temporária das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais deverá ser instalada e elaborar o cronograma de trabalhos amanhã, às 9h30. O autor do requerimento pedindo a criação da subcomissão, senador Flávio Arns (PT-PR), deve ter seu nome confirmado como presidente na reunião de instalação.

O objetivo da colegiada é discutir políticas públicas voltadas ao atendimento dos portadores

de necessidades especiais. Flávio Arns dedicou sua carreira profissional e política às pessoas com deficiência. Foi diretor do Departamento de Ensino Especial do governo do Paraná por oito anos e presidiu, até o ano passado, a Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Fenapae).



Flávio Arns deve ser confirmado presidente

O senador continua à frente da Federação Nacional do Desporto para o Deficiente Mental. Durante os três mandatos consecutivos como deputado federal, Flávio Arns concentrou sua atuação nas Comissões de Educação e de Direitos Humanos da Câmara aos assuntos voltados para os portadores de deficiência.



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 6 DE MAIO DE 2003

PRESIDENTE

10h30 — Recebe o presidente da Eletronorte, Silas R. Cavalcanti Silva
12h — Recebe o presidente da Aneel, José Mário Abdo

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PLC nº 53/99 (atuação de advogado durante depoimento em CPI); PLS nº 52/02 (distribuição dos recursos do FAT); PLS nº 110/02 (canal de TV a cabo para o Exército); e requerimentos dos senadores Antonio Carlos Valadares e Romero Jucá.

COMISSÕES

10h — Comissão de Assuntos Econômicos
1ª Parte
Pauta: PLS nº 249/02-Complementar (imposto dos estados e do DF sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços de transporte e de comunicação); PLS nº 293/99-Complementar (Sistema Nacional de Crédito Cooperativo); entre outras matérias.
2ª Parte
Pauta: Mensagem nº 88/03 (apreciação de nome para diretor do Banco Central do Brasil).
Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

11h30 — Comissão de Educação
Pauta: PLS nº 527/99 (direito de propriedade de material genético vegetal para entidades privadas); PLS nº 198/01 (Programa Nacional de Bolsa de Estudos para Alunos do Ensino Superior Privado); entre outros.
Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15

13h30 — Subcomissão Temporária do Idoso
Pauta: audiência pública.
Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9

14h — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
Pauta: PLS nº 239/00 (horário de verão nos estados de Goiás e Tocantins e no DF); PLS nº 168/02 (serviço local no serviço telefônico fixo comutado); entre outros.
Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7

14h30 — Comissão Mista de Orçamento
Pauta: relatórios apresentados à MP nº 31/02 (crédito extraordinário em favor da Presidência da República e dos Ministérios de Minas e Energia, do Esporte e Turismo e da Integração Nacional); ao PDL nº 10/00-CN (liberação da execução orçamentária ao subtítulo "Obra de conclusão do edifício-anexo do TRF da 2ª Região no Rio de Janeiro (RJ)"; entre outros.
Plenário nº 2 do Anexo Luis Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados

Após a ordem do dia — Subcomissão Temporária da Criança, do Adolescente e da Juventude
Pauta: cronograma de trabalho.
Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9

18h — Subcomissão Permanente de Segurança Pública
Pauta: PLC nº 12/03 (altera a Lei de Execução Penal e Código de Processo Penal).
Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza
Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior
Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Lara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado. Poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações



Tasso Jereissati, presidente da Subcomissão de Segurança, concedeu vista coletiva do relatório apresentado por Demostenes Torres

Projeto trata com mais rigor os condenados de alto risco

A Subcomissão de Segurança Pública reúne-se hoje, às 18h, para analisar projeto de lei da Câmara que aumenta o rigor no tratamento a condenados por crimes graves, considerados de alto risco. A proposta, já aprovada pela Câmara, aguarda a apresentação do parecer do relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Na subcomissão, a proposta é relatada pelo senador Demostenes Torres (PFL-GO), que apresentou relatório favorável, com 18 emendas ao texto, para tornar ainda mais rigoroso o regime disciplinar de presos ligados ao crime organizado. Tasso Jereissati, que também é presidente da subco-

missão vinculada à CCJ, concedeu vista coletiva do relatório.

Demostenes propõe que o condenado que cometer falta grave enquanto estiver preso seja isolado em prisão de segurança máxima por até 360 dias, prorrogáveis por igual período. Se a falta for cometida nesses presídios por integrante do crime organizado, Demostenes propõe que o isolamento dure 720 dias, prazo que pode ser prorrogado.

Conforme o relatório, presos de segurança máxima só terão contato com advogados e parentes uma vez por mês, e as visitas íntimas serão proibidas. As medidas são importantes para impedir que o preso se comunique com crime organizado, diz Demostenes.

Comissão vota nome para diretoria do Banco Central

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) sabatina hoje, a partir das 11h30, Antônio Gustavo Matos do Vale, indicado para ocupar a Diretoria de Liquidações e Desestatização do Banco Central. A votação secreta para confirmar ou rejeitar a indicação será realizada logo após a sabatina.

Funcionário de carreira do Banco Central desde 1984, Matos do Vale deve substituir Carlos Eduardo de Freitas no cargo. Entre abril de 2001 e janeiro de 2003, Matos do Vale trabalhou no Banco do Brasil como diretor de Tecnologia e Infra-Estrutura, e posteriormen-

te como vice-presidente na mesma diretoria.

Durante um ano, até abril de 2001, Matos do Vale foi consultor da Diretoria de Finanças Públicas e Regimes Especiais do BC, transformada na atual Diretoria de Liquidações e Desestatização. Foi coordenador do projeto de adaptação dos sistemas informatizados das instituições financeiras para 2000, conhecido como *Bug do Milênio*.

Também integrou a equipe que implementou o programa de reestruturação dos bancos estaduais.

Pauta da CAE tem nove itens

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve analisar nove itens na sua reunião marcada para as 10h de hoje. Cinco são terminativos, podendo ir diretamente para a apreciação da Câmara dos Deputados se não houver recurso para análise em Plenário. Entre eles, está o que estende aos órgãos de segurança dos municípios a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de aparelhos transmissores e receptores de radiotelefonia e radiotelegrafia, veículos para patrulhamento policial, armas e munições.

O benefício fiscal já é garantido para órgãos de segurança de outras esferas de governo. A proposta, do senador Romero Jucá (PSDB-RR), tem parecer favorável do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), que sustentou em seu relatório a necessidade de aparelhamento das guardas municipais, autorizadas pela Constituição, e as dificuldades orçamentárias das prefeituras para realizar a tarefa.

CCJ analisa o aumento da pena para pirataria de CDs

O projeto define que a comercialização ilegal de música, vídeo, livro, obra de arte e *software* será punida com reclusão de até quatro anos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve analisar amanhã, a partir das 10h, relatório do senador João Capiberibe (PSB-AP) favorável a projeto de lei que altera os Códigos Penal e de Processo Penal para aumentar as penas nos casos de pirataria de obras de arte protegidas pelo direito autoral. Segundo o presidente do Senado, José Sarney, a matéria será aprovada pela Casa até o final do semestre.

O projeto, apresentado pelo Executivo em 1996, define que a comercialização ilegal de músicas, vídeos, livros, obras de arte e *softwares* (programas de computador) será punida com reclusão de dois a quatro anos, além de multa. A reprodução individual de obras, sem fins comerciais, continua sendo permitida.

No mês de abril, Sarney e o presidente da CCJ, senador Edison Lobão (PFL-MA), receberam artistas que pediram agilidade na análise da matéria. Na ocasião, Lobão anunciou que faria apelo aos integrantes da CCJ pela aprovação da matéria sem emendas, para que o projeto não tenha de voltar à Câmara dos Deputados.

A CCJ, que tem outros 35 itens

Propriedade de material genético será disciplinada

Deve ser votado hoje pela Comissão de Educação (CE), em turno suplementar e em caráter terminativo, proposta determinando que o material genético desenvolvido por instituição pública de pesquisa, inclusive fundações ou empresas públicas, só poderá ter direitos de propriedade intelectual licenciados, temporária ou definitivamente, após publicação prévia, em jornais de grande circulação e no *Diário Oficial da União*, das informações sobre a tecnologia disponível para negociação. O prazo para firmar o contrato de licenciamento será de, no mínimo, 60 dias após a publicação dessas informações.

O texto original, do ex-senador Blairo Maggi, recebeu emenda substitutiva do senador Osmar Dias (PDT-PR), já aprovada pela Comissão de Constituição, Justi-



João Capiberibe elaborou parecer favorável à proposta, que pode ser aprovada ainda neste semestre

na pauta, pode votar ainda proposta de emenda à Constituição (PEC) que altera a forma de análise dos projetos de decreto legislativo sobre outorgas e renovação de concessões e permissões do poder público para o funcionamento de emissoras de rádio e televisão. Atualmente, as comissões da Câmara e do Senado precisam instruir os processos encaminhados pelo Ministério das Comunicações e, só então, os plenários das duas Casas aprovam os decretos legislativos.

Como resultado, existem centenas de processos aguardando decisão, sobrecarregando as pautas do Senado e da Câmara. Conforme a PEC, os projetos sobre servi-

ços de radiodifusão poderão ser analisados em caráter terminativo pela Comissão de Educação, Comunicação e Cultura da Câmara e pela Comissão de Educação do Senado. Pelas regras atuais, apenas no caso das rádios comunitárias já é possível a decisão terminativa.

DESESTATIZAÇÃO

Dois propostas na pauta da CCJ, das senadoras Marina Silva (licenciada) e Heloísa Helena (PT-AL), excluem empresas públicas do Programa Nacional de Desestatização (PND). Marina pede a retirada da Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte) do programa, e Heloísa quer a exclusão dos serviços de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e saneamento do PND. Os relatores dos projetos, Serys Slhessarenko (PT-MT) e Romero Jucá (PSDB-RR), respectivamente, são favoráveis às matérias.

A CCJ deve analisar ainda o projeto de lei do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) que institui o controle externo das agências reguladoras, como a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e a Agência Nacional do Petróleo (ANP).



Marco Maciel recomenda aprovação de substitutivo da CCJ

priedade intelectual sobre o material genético desenvolvido.

Também estão na pauta da comissão projeto de lei do ex-senador Iris Rezende que autoriza o Executivo a instituir programa nacional de bolsa de estudo para alunos do ensino superior privado. Pode ser analisado ainda substitutivo do senador Gerson Camata (PMDB-ES) a projeto de resolução que dispõe sobre formalidades e critérios para apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviço de rádio e televisão.

A CE deve votar ainda 59 projetos de decreto legislativo relativos à concessões de rádio e TV.

DIA DO TRABALHO

Paim quer redução de juro para criar emprego

Papaléo cobra tratamento mais digno para os trabalhadores

O senador Papaléo Paes (PTB-AP) disse que, no momento em que se comemora a data dedicada ao trabalho, o Brasil se encontra distante de um “patamar minimamente aceitável de dignidade” para a maioria dos trabalhadores. Segundo ele, “estamos assistindo a mais um capítulo da eterna novela mal escrita de responsabilizar os que trabalham pelos rombos nas contas de um governo historicamente perdulário. E busca-se remediar a situação restringindo-se direitos e eliminando-se conquistas, mesmo um governo eleito sob o signo da redenção dos pobres e dos que trabalham”.

Os sucessivos governos, incluído o de Luiz Inácio Lula da Silva, de acordo com o senador, preocuparam-se mais em tapar o buraco da Previdência “do que melhorar as condições de atendimento à população, evitar a fraude e a evasão de renda e gerar riqueza para aumentar a arrecadação do sistema nacional de bem-estar social”.

SERVIDORES

Papaléo Paes afirmou que o governo federal procura estigmatizar categorias funcionais, colocando-as sob o olhar de censura dos demais segmentos da sociedade e fomentando a discórdia na sociedade. “No caso específico dos servidores públicos, atribuí-lhes o papel de aves de rapina do Tesouro Nacional, quando lhes cabe, isto sim, o mérito de fazer o Estado funcionar para o bem de todos, mesmo que sob condições difíceis de trabalho, como hoje enfrenta



Papaléo Paes afirma que são os servidores públicos que fazem o Estado brasileiro funcionar

todo o serviço público brasileiro”, assinalou.

Para o senador, num modelo capitalista como o brasileiro, é o trabalho que assegura a dignidade da vida dos cidadãos e é dever da sociedade, por meio do Estado, garantir o acesso ao emprego. Papaléo defendeu a troca de políticas clientelistas pela racionalidade, eficiência e eficácia do poder público na gestão da coisa pública e na política de incentivo ao desenvolvimento socioeconômico harmonioso.

— Estamos, pois, diante de uma injustiça social das mais gritantes, sobretudo se atentarmos para o fato de que o custo de vida no Brasil não está muito distante do aferido nos países europeus e nos Estados Unidos. Como pretender dignificar o trabalho se a renda é miserável e a aposentadoria é sinônimo de quase fome? De fato, o Estado brasileiro, como representante da sociedade, desconsidera a cidadania dos que trabalham.

Ao parabenizar os trabalhadores brasileiros pela passagem do Dia Internacional do Trabalho, o senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu uma redução na taxa básica de juros, para ele o maior inibidor da criação de empregos no país. Ele informou que o percentual de 26,5% ao ano coloca o Brasil em terceiro lugar entre os países com as mais altas taxas de juros nominais, ficando atrás apenas da Turquia (42%) e da Venezuela (30%). Paim foi autor do requerimento para que a hora do expediente da sessão de ontem se destinasse a comemorar a data.



Paulo Paim adverte que taxa vigente no país está paralisando a economia

— O governo passado mantinha as taxas de juros altas para segurar a alta do dólar. Essa também foi a motivação do governo Luiz

Inácio Lula da Silva, acrescentando as preocupações com a inflação e com a guerra do Iraque. Com a cotação da moeda americana abaixo dos R\$ 3, esse argumento não existe mais. Se for para segurar a inflação, a preocupação também não tem sentido, pois ela já deu sinais de queda. E a guerra do Iraque já acabou, com o petróleo em baixa — afirmou.

Os juros altos, segundo o senador, estão paralisando a economia brasileira e levando a taxa de desemprego a atingir cifras históricas. Ele citou estudo do pesquisador José Olavo Ribeiro, segundo o qual os juros consomem 40% da arrecadação tributária do país.

Para Iris de Araújo, governo Lula cumprirá promessa de campanha

Ao se associar às comemorações do Dia do Trabalho, a senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) manifestou a esperança de que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai cumprir suas promessas de campanha de criar 10 milhões de novos empregos e aumentar o salário mínimo.

Ela afirmou que “a presença de um operário metalúrgico, de um representante das classes trabalhadoras, na Presidência da República certamente se constituiu no fato histórico de maior relevância” no Brasil. E ressaltou que a presença de Lula na chefia do governo “não significa, absolutamente, que a classe trabalhadora viverá automaticamente uma espécie de justa redenção após décadas e décadas de martírio econômico e massacre salarial”.

Iris de Araújo disse que, assim como a liberdade e o direito à edu-



Iris de Araújo acredita que serão criados em quatro anos 10 milhões de novos postos de trabalho

cação, saúde e moradia, o trabalho é uma “necessidade vital do ser humano”, e lamentou o alto índice de desemprego no país.

A senadora ressaltou que os trabalhadores necessitam de “remuneração digna e correta, para que possam novamente sonhar o sonho da Justiça, da bem-aventurança e da mais absoluta dignidade”.

Taxa de juros no mundo

Veja a relação dos dez países que praticam as mais altas taxas de juros. Os valores levam em conta as taxas nominais efetuadas em março.

País	Taxa anual (%)
Turquia	42,0
Venezuela	30,0
Brasil	26,5
Rússia	18,0
África do Sul	13,5
Indonésia	12,7
México	9,2
Filipinas	8,3
Colômbia	7,8
Argentina	7,4

Fonte: Global Invest

Serys lamenta crescimento do número de desempregados

Em discurso pela passagem do Dia Internacional do Trabalho, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) disse que o que mais se discute no Brasil, com relação à situação dos trabalhadores, é a questão do continuado aumento das taxas de desemprego. “No noticiário do final de semana, o que se viu foi o trágico registro de que cerca de 20% da mão-de-obra de São Paulo, principal centro econômico de nossa Federação, se encontra desempregada e sem

rumo”, observou.

Mesmo apontando o caráter solidário do novo governo, que segundo a senadora “identifica-se com o povo pobre” e que, “certamente, há de usar toda a sua criatividade e todas as suas energias para modificar esta realidade social”, a senadora afirmou que o desemprego não parou de crescer.

Serys lembrou que também se questiona o último reajuste do salário mínimo, que ainda “está longe de satisfazer as determina-

ções constitucionais”. Ela manifestou sua confiança em que, com a consolidação do governo do PT, se obtenha um salário mínimo que corresponda às reais necessidades de quem vive e trabalha no Brasil.

Para a senadora, a situação na área rural também se agravou nos últimos anos, com um aumento de 48,3% no número de assassinatos no campo, ano passado. Enquanto em 2001 foram registrados 29 assassinatos em conflitos

por terra, em 2002 esse número se elevou para 43 mortes, informou, citando dados da Comissão Pastoral da Terra.

Na opinião de Serys, esses dados indicam que a Medida Provisória nº 2.138, que visava coibir a ação dos movimentos sociais do campo, não diminuiu a violência contra os trabalhadores. “Antes, é responsável pelo seu crescimento”, frisou. Em aparte, Sibá Machado (PT-AC) solidarizou-se com a senadora.



Serys Slhessarenko observa que número de conflitos na área rural se agravou nos últimos anos

— DIA DO TRABALHO —

Paulo Octávio quer incentivar setores que geram emprego

Ao comentar o Dia Internacional do Trabalho, o senador Paulo Octávio (PFL-DF) defendeu “empenho e investimento” na geração de empregos em três segmentos da economia nacional: o serviço público, o turismo e a construção civil. A “enorme capacidade de absorção de mão-de-obra” desses setores foi o que motivou o parlamentar a reivindicar, durante a sessão plenária de ontem, “atenções e incentivos especiais” por parte do governo e do Congresso.

Segundo observou Paulo Octávio, “sem um serviço público de qualidade, jamais poderemos oferecer a eficiência, dignidade e respeito que o contribuinte merece e exige”. Quanto à indústria do turismo, assinalou ser a maior geradora de empregos no mundo. De acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT), cada US\$ 7 mil deixados no país pelos visitantes repercutem na manufatura de um emprego.

— No turismo, apenas R\$ 40 mil possibilitam emprego direto num hotel, R\$ 10 mil empregam uma pessoa num restaurante e R\$ 50 podem garantir matéria-prima e emprego para um artesão, fomentando e contribuindo para o aumento da qualidade de vida da população autóctone — revelou.

Paulo Octávio, presidente da Subcomissão de Turismo, apresentou projetos de lei incentivando o primeiro emprego e promovendo a alfabetização de operários em canteiros de obras. Empresário da construção civil, Paulo Octávio ressaltou que o setor contribui diretamente com 10,31% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e emprega 5,42 milhões de trabalhadores diretamente (9,06% do pessoal ocupado) e mais de 1,1 milhão indiretamente.



Paulo Octávio: serviço público, construção civil e turismo precisam de incentivos especiais

Lobão diz que importação de pneus prejudica o país

Senador critica decreto do presidente da República e afirma que compras foram de 46 milhões de unidades somente no ano passado

O senador Edison Lobão (PFL-MA) condenou o decreto do presidente Lula da Silva que permitiu a entrada no Brasil, sem multa, de pneus usados e recauchutados a partir dos países do Mercosul.

O senador informou que, só no fim do ano passado, cerca de 46 milhões de pneus usados entraram no Brasil. “Temos a seguinte perspectiva: os países desenvolvidos, da Europa e Estados Unidos, afogados em velhos pneus de difícil eliminação, enviarão seus entalhes para o Uruguai e a Argentina, por exemplo — ali seriam remoldados e vendidos ao Brasil, que se transformaria em um lixão de pneus velhos”, disse o senador.

Lobão lembrou que os pneus são feitos de material úmido e quente, que acumula água da chuva, e se tornam, uma vez abandonados,



Edison Lobão: pneus não passam de “sucatas com marketing de seminovos”

habitat perfeito para o mosquito da dengue e da febre amarela. “Nos rios, entopem canais, causam enchentes e trazem doenças como leptospirose e hepatite. O pneu é um produto que não se autodestrói nem mesmo soterrado.

O senador afirmou que os pneus usados que o Brasil vem impor-

tando não passam de sucatas com marketing de seminovos. “Na Argentina, onde a importação de usados quase quebrou a indústria local antes de ser proibida na década de 90, até hoje os acidentes se multiplicam nos dias de chuva”, informou.

Edison Lobão denunciou que as importações de pneus velhos, que estavam proibidas desde 1991, transformaram-se, até o decreto de Lula, em uma indústria de liminares, pelas quais os importadores conseguiram manter seu negócio, danoso aos interesses do país. Disse também que não se cumpre no Brasil resolução do Ministério do Meio Ambiente, de agosto de 1999, que obrigava os importadores de pneus usados a coletar e dar destinação final, “ambientalmente adequada”, aos pneus usados que se tornassem imprestáveis.

Duciomar: bancos não investem em segurança

O governo deve aproveitar a mobilização em torno da reforma tributária, entregue ao Congresso no último dia 30, para obrigar os bancos a investirem em segurança para seus funcionários e clientes, disse ontem o senador Duciomar Costa (PTB-PA). Ele referiu-se aos constantes assaltos que vêm acontecendo em seu estado, a exemplo do que ocorreu na cidade de Redenção, na semana passada, com a participação de 30 homens.

— Grupos invadem as cidades e fazem vários assaltos usando armas sofisticadas; parece os tempos do faroeste — protestou o senador, acrescentando que os bancos “ganham muito dinheiro, mas não se preocupam com a segurança dos funcionários e clientes”.

Duciomar homenageou o trabalhador brasileiro, principalmente os bancários que estão tentando fazer uma paralisação para chamar a atenção da imprensa sobre a situação que estão vivendo no Pará. O senador também fez um apelo ao governo: dê algo de concreto à sociedade “saindo do discurso”.

ENERGIA

Duciomar Costa disse ainda que as declarações da ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, em recente audiência pública na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado, aumentaram sua preocupação em relação à questão energética do país. Segundo o senador, ao responder sobre a geração de energia, a ministra informou que não existe nenhum programa nesse sentido.



Duciomar Costa também se mostrou preocupado com falta de planos para produzir energia

— Espero que em curto espaço de tempo tenhamos um planejamento de produção de energia para todo o país, porque não queremos voltar a viver aqueles momentos do “apagão” que o Brasil acompanhou em 2001 — lembrou o senador.

PT recorre contra decisão sobre ACM

O líder do PT, senador Tião Viana (AC), anunciou que entregará recurso hoje contra a decisão da Mesa de recusar recomendação do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, que pedia a abertura de processo para

investigar a possível participação do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) no episódio das escutas telefônicas ilegais na Bahia. A Mesa decidiu enviar o caso ao Supremo Tribunal Federal e, ainda, aplicar censura escri-

ta contra o senador.

Tião Viana disse que conversou com os líderes e que apenas o PSDB e o PFL não assinaram o documento. Ele pede que o relatório do Conselho seja submetido ao Plenário da Casa.

Demostenes defende controle do Judiciário

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) defendeu o controle externo do Poder Judiciário, solicitando que o Senado registre artigo publicado por Cileide Alves no jornal *O Popular*, de Goiânia, no último dia 28. O senador concorda com a articulista, que defende a medida e apóia as declarações feitas recentemente pelo presidente Lula da Silva.

Cileide Alves ressaltou declaração do presidente segundo a qual é necessário “abrir a caixa-preta do Judiciário”, lembrando que ninguém cogita controlar os atos de julgamento de juízes, mas fiscalizar os atos de gestão e decisões administrativas. Para ela, Lula refletiu em seu pronunciamento o desejo de todos de que haja um sistema de fiscalização abrangendo todas as instituições do poder.

A jornalista citada pelo senador lembra que os Poderes Legislativo e Executivo sofrem controle externo — sendo as eleições regulares uma forma desse controle —, e nem por isso perderam a autonomia. A atuação da imprensa também ajuda a garantir a transparência desses dois poderes.

SUS pode dar remédios contra hipertensão

Projeto do senador Papaléo Paes (PTB-AP), em análise pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), determina a distribuição gratuita, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), de remédios indicados para o tratamento de hipertensão arterial.

O Ministério da Saúde selecionaria os medicamentos a serem utilizados, com revisão anual para se adequar às novidades no mercado. Os recursos seriam provenientes dos orçamentos da seguridade social da União, dos estados e municípios.

A hipertensão arterial atinge entre 15 e 20 milhões de brasileiros. “Ao lado de medidas de informação e educação para a saúde da população, é essencial o acesso aos medicamentos que, em grande parte dos casos, são os meios necessários para controlar a doença no nível clínico”, afirma o parlamentar, para quem a garantia de acesso aos remédios constitui política capaz de melhorar a qualidade de vida da população e diminuir os gastos públicos com doenças cardiovasculares.

CONORF
Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle

Estabelecer metas e prioridades é função da LDO

O que muda no projeto para o ano que vem

O projeto da LDO para 2004 apresenta algumas modificações importantes em relação à lei deste ano. O Anexo de Metas e Prioridades não foi encaminhado junto com a proposta. O Executivo só remeterá esse documento em agosto, quando enviar a proposta orçamentária e a do PPA.

Na área social houve duas alterações relevantes. Nos projetos relativos ao combate à fome, à segurança pública e ao fundo da pobreza, poderá haver redução das contrapartidas que os estados e os municípios são obrigados a desembolsar, no caso de recursos transferidos diretamente pelo governo federal a essas unidades da Federação.

A segunda mudança introduziu novo critério de distribuição geográfica dos recursos no caso dos projetos que não têm regras estipuladas em leis específicas. As localidades com menor renda *per capita* e maior número de habitantes serão mais beneficiadas.

Na proposta orçamentária de 2004, todos os projetos novos com valores superiores a R\$ 8 milhões, inclusive os provenientes de emendas de parlamentares, deverão ser acompanhados de demonstrativos com o cronograma e a análise da sua viabilidade econômico-financeira.

A maioria das emendas, no Congresso Nacional, recai sobre o Anexo de Metas e Prioridades. Após a Resolução nº 1/2001-CN, a LDO passou a ter restrição quantitativa no número de emendas que tratam de valores do referido anexo, não havendo limite para emendas de texto ou a outros anexos da lei.

Cada parlamentar tem direito a 20 emendas individuais. As apresentadas pelas bancadas estaduais podem oscilar entre 15 e 20, dependendo do número dos seus representantes no Congresso. As comissões permanentes das duas Casas podem apresentar cinco emendas cada uma. O menor número é das bancadas regionais, que só podem propor duas alterações. O prazo para o encaminhamento das emendas foi prorrogado para o dia 12 de maio.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) foi criada pela Constituição de 1988 para estabelecer relação entre o planejamento de médio prazo, previsto no Plano Plurianual (PPA), e o de curto prazo, definido pela Lei Orçamentária Anual (LOA). É a única lei que tem prazo constitucional para ser aprovada pelo Congresso Nacional: até 30 de junho de cada exercício, para que o Legislativo possa entrar em recesso.

Um dos objetivos constitucionais da LDO é apresentar as metas e as prioridades da administração pública federal para o exercício financeiro subsequente, de acordo com as orientações do PPA. Para tanto, foi organizado o Anexo de Metas e Prioridades, que lista os programas, seus objetivos e suas ações, com os valores correspondentes, que terão prioridade na execução orçamentária do ano seguinte.

Com base na LDO, a Secretaria de Orçamento Federal elabora a proposta orçamentária para o ano seguinte, em conjunto com os ministérios e os órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e do Ministério Público. Há ainda dois ou-

tros objetivos constitucionais: dispor sobre as alterações na legislação tributária e estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

A LDO apresenta também o cenário macroeconômico projetado pela área econômica do governo, em que constam as previsões de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), inflação, taxa de juros e câmbio. Uma outra atribuição é fixar as metas fiscais de superávit primário (receitas menos despesas, excluindo juros e amortização da dívida pública) e a relação entre o estoque da dívida líquida do governo central e o PIB.

No decorrer do tempo, acrescentaram-se à LDO novas matérias, que, de alguma forma, eram relacionadas a seus objetivos básicos. Um exemplo são os artigos que dispõem sobre os critérios gerais de transferências voluntárias a estados e municípios e sobre a lista de informações complementares, anexas ao projeto de lei orçamentária, que é enviado pelo Poder Executivo, tais como especificações dos títulos da dívida pública, comprovação de cumprimento dos gastos constitucionais



com educação, saúde etc. Em muitos aspectos, pode-se dizer que a LDO tem sido indevidamente usada para suprir a lacuna da lei de finanças públicas, que ainda não foi elaborada, prevista na Constituição federal.

Com o advento da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), a LDO recebeu novas atribuições. Entre elas estão: a responsabilidade de dispor sobre o equilíbrio entre receitas e despesas; critérios e formas de limitação de empenho (contingenciamento); normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos; condições e

exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas (transferências voluntárias).

A LRF criou mais três anexos ao projeto da LDO: o Anexo de Metas Fiscais, que contém os valores dos resultados fiscais e o montante da dívida pública, entre outras informações; o Anexo de Riscos Fiscais, que apresenta a avaliação de possíveis dívidas (passivos contingentes) que poderão afetar as contas públicas; e o Anexo das Políticas Monetária, Creditícia e Cambial, com seus objetivos, bem como os parâmetros e as projeções para seus principais agregados e variáveis, e ainda as metas de inflação, para o exercício subsequente.

RESULTADOS DO GOVERNO FEDERAL

PRINCIPAIS ITENS	2002 Realizado		2003					
	R\$ bilhões	% PIB	Lei Orçamentária (R\$ milhões)	% PIB	Decreto 4591 ⁽¹⁾ R\$ bilhões	% PIB	Realizado Jan a Mar R\$ bilhões	% PIB
A- RESULTADO PRIMÁRIO⁽²⁾ (3-4)	31,95	2,4%	31,90	2,3%	39,14	2,5%	15,14	4,1%
1. Receitas Primárias	321,88	24,1%	352,10	23,5%	356,00	22,3%	86,40	23,6%
2. Transf. Constitucionais a Estados e Municípios	54,41	4,1%	54,30	3,6%	56,60	3,6%	16,62	4,5%
3. Receita Líquida de Transferências Constitucionais (1 - 2)	267,47	20,0%	297,80	19,9%	299,40	18,8%	69,78	19,1%
4. Despesas Primárias	235,52	17,6%	263,90	17,6%	260,26	16,3%	54,65	15,0%
- Pessoal	75,99	5,6%	77,09	5,1%	79,99	4,9%	19,09	5,2%
- Investimentos	10,10	0,8%	14,20	0,9%	4,00	0,3%	0,03	0,0%
- Demais	150,42	11,3%	172,70	11,5%	177,46	11,1%	35,54	9,7%
B- JUROS LÍQUIDOS⁽³⁾ (1 + 2)	41,95	3,1%	67,50	4,5%	67,50	4,2%	26,72	7,3%
1. Receita	13,35	1,0%	26,10	1,7%	26,10	1,6%	—	—
2. Despesas de juros ⁽⁴⁾	55,30	4,1%	93,60	6,2%	93,60	5,9%	13,70	3,7%
C- RESULTADO NOMINAL (A+B)	-10,00	0,8%	-33,60	-2,2%	-28,36	-1,8%	-11,58	-3,2%
D- RESULTADO DA PREVIDÊNCIA (1-2)	-17,20	-1,3%	-19,30	-1,28%	-25,30	-1,6%	-4,29	-1,2%
1. Contribuição de Empregadores e Trabalhadores à Seguridade Social	70,50	5,3%	78,60	5,24%	81,60	5,2%	17,29	4,7%
2. Benefícios do Regime Geral da Previdência Social (RGPS)	87,70	6,6%	97,90	6,52%	106,90	6,7%	21,58	5,9%
E- RESULTADO DA PREVIDÊNCIA DO SERVIÇO PÚBLICO (1-2)	-29,50	-2,2%	-28,10	-1,45%	-28,90	-1,4%	-10,70	-2,9%
1. Contribuição dos Servidores	5,40	0,4%	5,60	0,30%	5,00	0,3%	1,00	0,3%
2. Despesas com Inativos, Pensionistas e Segurados ⁽⁵⁾	34,90	2,6%	33,90	1,75%	34,70	1,7%	11,70	3,2%

(1) Decreto de Contingenciamento de 2003.

(2) Inclui resultados do Tesouro, do RGPS, da Previdência do Setor Público e do BACFIN.

(3) Calculado pelo Banco Central (competência).

(4) Conceito orçamentário (caixa).

(5) Para o Decreto, dados estimados.

Fonte: Banco Central, STN e Lei Orçamentária 2003 (Lei 10.640) e PLDO 2004.



✓ As agências financeiras de fomento devem dispor de pelo menos R\$ 225 bilhões para serem aplicados no próximo ano, e é a LDO que define a política de como investir esses recursos.

✓ Mesmo que o Orçamento da União de 2004 não seja aprovado até o último dia deste ano, as despesas obrigatórias que constam de Anexo da LDO, as bolsas de estudo do CNPq, da Capes e de residência médica poderão ser executadas. As bolsas de estudo, no entanto, podem ser limitadas pelo contingenciamento.

✓ Na proposta de LDO para 2004, foram acrescentadas à lista de despesas obrigatórias os seguintes itens: subsídios na compra de veículos novos a álcool, aos consumidores finais do sistema elétrico interligado, ao gás natural utilizado para geração de energia termelétrica; complemento da atualização monetária de recursos do FGTS; e gastos do DF com saúde, educação e manutenção das polícias civil e militar e do corpo de bombeiros.

Plenário homenageia a poesia de Waly Salomão

O Senado aprovou ontem requerimento de voto de profundo pesar pelo falecimento do poeta Waly Dias Salomão, ocorrido no Rio de Janeiro. O requerimento foi apresentado pelo senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO),



Waly Salomão ocupava o cargo de secretário Nacional do Livro e da Leitura

que afirmou que o poeta era um dos maiores ativistas culturais de sua geração.

Conforme o senador, Waly Salomão, que ocupava o cargo de secretário Nacional do Livro e da Leitura no Ministério da Cultura, deixa um extenso trabalho, seja na música popular brasileira ou em suas

outras atividades culturais. Foi parceiro de Gilberto Gil e Caetano Veloso, e com Jards Macalé compôs *Vapor Barato*, canção imortalizada na voz de Gal Costa, informou Eduardo Siqueira Campos.

Em nome do Rio de Janeiro, local adotado pelo poeta baiano para viver, o senador Roberto Saturnino (PT-RJ) disse que Waly Salomão tem lugar privilegiado na cultura brasileira, especialmente na poesia. O senador Romeu Tuma (PFL-SP), na presidência dos trabalhos, disse que a Mesa se associava às homenagens ao poeta.

Aprovado voto de pesar pelo falecimento de João Herculino

O Plenário aprovou ontem voto de pesar pela morte do ex-deputado federal e reitor do Centro Universitário de Brasília (Uniceub) João Herculino de Souza Lopes. O voto foi proposto em requerimentos dos senadores Paulo Octávio (PFL-DF) e Arthur Virgílio (PSDB-AM).

Paulo Octávio lembrou que 5 mil pessoas compareceram ao velório de João Herculino, no dia anterior. Ressaltou que o homenageado foi vereador e prefeito em Sete Lagoas (MG), deputado estadual e federal, cassado em 1964 pelo movimento militar. Amigo de Juscelino Kubitschek, dedicava-se, em Brasília, à advocacia, à pecuária e ao Uniceub.

Arthur Virgílio destacou “a coragem, a honradez e a coerência” do homenageado, contemporâneo de seu pai na vida parlamentar. Lembrou o episódio em que Herculino, em vez de protestar com palavras, atirou o microfone de apertes da Câmara na direção do então presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, que acabara de decretar a vacância da Presidência da República quando João Goulart ainda estava no país. Apoiaram o voto de pesar os senadores Romero Jucá (PSDB-RR) e Roberto Saturnino (PT-RJ). Na presidência da sessão, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) associou-se à “justa homenagem”.

Senadores registram morte de deputado de Rondônia

O falecimento do deputado federal Sérgio Carvalho (PSDB-RO) motivou requerimento de pesar dos senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM), Paulo Octávio (PFL-DF) e Valdir Raupp (PMDB-RO), aprovado na sessão plenária de ontem. Reeleito para o segundo mandato na Câmara Federal, o médico Sérgio Carvalho morreu sábado, aos 48 anos, de câncer na bexiga.

— Ilustre representante do PSDB de Rondônia, Sérgio Carvalho destacou-se pela sua firme trajetória democrática, permanentemente dedicada à pátria, como cidadão e como político — exaltou Arthur Virgílio.

O líder do PSDB ainda assinalou a atuação “íntegra, correta e com-

petente” do parlamentar nas comissões da ocupação de terras públicas na Amazônia, do Sistema de Vigilância da Amazônia e do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia.

Valdir Raupp lamentou a perda não só do político, mas do amigo, que ocupou diversos cargos públicos em Rondônia, inclusive os de diretor de obras e secretário de Saúde na sua gestão como governador do estado. Ele salientou a “galhardia” com que Sérgio Carvalho exerceu seu mandato, lembrando o trabalho como relator da CPI da grilagem de terras públicas. “É com pesar que registro o falecimento de quem foi em vida um grande pai, filho, esposo e homem público”, concluiu.

Virgílio quer ouvir ministros sobre nova política cultural

Críticas do cineasta Cacá Diegues motivam líder do PSDB no Senado a pedir a convocação de José Dirceu e Luiz Gushiken

A indignação de parte da classe cinematográfica brasileira com a política cultural do governo Luiz Inácio Lula da Silva, manifestada em entrevista do cineasta Cacá Diegues publicada pelo jornal *O Globo* em sua edição de sábado, motivou o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), a anunciar requerimento solicitando o comparecimento ao Senado do chefe da Casa Civil, ministro José Dirceu, e do ministro da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, Luiz Gushiken.

Arthur Virgílio quer ouvir José Dirceu quinta-feira, no Plenário, e Luiz Gushiken, em data ainda a ser agendada, na Comissão de Educação. A proibição de falar com jornalistas, supostamente imposta por Gushiken aos seus subordinados, e os novos critérios para a liberação

de financiamento para a cultura, na avaliação do senador, podem significar uma tentativa de sufocar liberdades, o que atinge a democracia.

— Temos uma grande preocupação com os rumos da democracia brasileira. As coisas começam assim: proibindo de falar com jornalistas ou estipulando contrapartidas para alguém merecer ser contemplado com recursos oficiais para a produção de filmes. A vinda do ministro José Dirceu será importante para que perguntemos se há ou não um viés autoritário na política cultural do novo governo. Se há tutela oficial ou chantagem econômica para alguém executar o seu tra-



Virgílio indaga se há viés autoritário na política cultural do novo governo

Roosevelt Pinheiro

balho — afirmou Arthur Virgílio.

Além de citar declarações de Diegues a *O Globo*, entre elas a de que os novos critérios para a concessão de incentivos representam uma intervenção política e ideológica na criação artística, Virgílio des-

tacou notas publicadas pelas colunistas Tereza Cruvinel e Mônica Bergamo. É de Cruvinel a informação de que Gushiken proibiu seus auxiliares de falar com jornalistas. Mônica Bergamo informa que as estatais devem anunciar a redução de investimentos em produção de filmes para colocar dinheiro na construção de salas de cinema.

Governo encara divergências com tranquilidade, diz Viana

Em nome do Partido dos Trabalhadores, o senador Tião Viana (AC) disse que o governo encara com tranquilidade as divergências internas na legenda. Viana afirmou que a história do PT é pautada pela democracia interna e pelo pluralismo de idéias. Ele discursou em resposta ao pronunciamento do líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), que se referiu a “práticas autoritárias” do atual governo, que estaria ameaçando com pu-



Conforme Tião Viana, PT valoriza democracia interna

Jane de Araújo

nições os parlamentares do PT que têm opiniões divergentes.

— Trabalhamos com naturalidade as divergências e tentamos assegurar apenas o estatuto do partido — afirmou o líder do PT.

De acordo com Viana, a legenda só não abre mão da estima da sociedade e da coerência. Para ele, quem ferir esses dois princípios é que estará se aproximando de um “comportamento fascista”, ao contrário do

que entende o líder do PSDB.

O senador afirmou ainda que o momento é de muito entusiasmo na sociedade com a entrega ao Congresso dos textos das reformas da Previdência e tributária.

— O Congresso começa a incorporar as suas responsabilidades em relação ao tema e irá construir, com autonomia, o melhor modelo de reforma para o país — enfatizou.

Ele lembrou que nunca um governo tinha enviado, em tão pouco tempo, tantos ministros para debater suas propostas com os parlamentares.

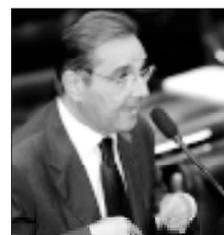
Para José Agripino, é importante esclarecer conflitos

O senador José Agripino (RN), líder do PFL, apoiou o requerimento do líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), de convocação de ministros para que eles “esclareçam conflitos” dentro do PT. O requerimento objetiva o comparecimento ao Senado dos ministros da Casa Civil, José Dirceu, e da Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, Luiz Gushiken.

Agripino observou que os jornais do fim de semana registraram dois casos de conflitos. No primeiro, o presidente do Sindicato dos Servidores do Legislativo e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis), Ezequiel Nascimento, afirmou que se

sentia “traído” pelo governo devido à abrangência da reforma previdenciária e considerou “ridículo” o reajuste de 1% ao funcionalismo.

No segundo caso, o líder do PFL citou as críticas do cineasta Cacá Diegues, “homem com livre trânsito nas esquerdas e que assistiu ao filme *Carandiru* ao lado do presidente Lula”. Diegues lamentou o que ele chamou de “dirigismo” do governo na área cultural, por conta de uma “contrapartida esdrúxula” a ser imposta pela nova política de patrocínio cultural



Agripino: coerência de atitude em política é fundamental

Roosevelt Pinheiro

do Estado. O cineasta, disse Agripino, mencionou na entrevista “retrocessos” e comportamentos “nunca imaginados nem no tempo da ditadura”.

— Mais importante que o debate com os ministros é o esclarecimento dos conflitos

que estão postos. Coerência de atitude em política é fundamental. Coerência, tomada de compromisso e cumprimento do compromisso são cláusulas pétreas do homem público que quer o respeito dos que o elegeram — afirmou.

Garibaldi cobra conclusão imediata de termelétrica

Senador condena paralisação das obras da usina Termoçu, no Rio Grande do Norte, e pede clareza na política energética do governo

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) condenou ontem a paralisação das obras de construção da termelétrica Termoçu, localizada no município de Alto Rodrigues (RN), que gerou a demissão de 500 trabalhadores. Segundo o senador, a Termoçu faz parte de programa federal de geração de energia alternativa e poderia gerar 311 megawatts, além de 500 toneladas/hora de vapor a serem utilizadas em poços de petróleo, para aumentar em até 10% sua produção.

— Esta termoelétrica está na ponta do sistema de distribuição do Nordeste, favorecendo, quando do seu funcionamento, o equilíbrio e a qualidade da energia fornecida na região, fatores fun-



Garibaldi: "Hoje há produção de energia, mas quem garante que não haverá apagão?"

damentais para novos investimentos e para a geração de empregos. O vapor será transportado pelo maior vapiduto da América Latina, com 60 quilômetros — afirmou.

Garibaldi disse ainda que a governadora do Rio Grande do Norte, Wilma de Faria (PSB), viajou ao Rio de Janeiro, onde se encontrará com o presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, para protestar contra a paralisação das obras. A estatal é responsável por 30% do investimento na Termoçu. "Hoje, estamos tranquilos porque as chuvas estão garantindo o abastecimento de água e a produção de energia elétrica. Mas quem garante que será assim amanhã? Quem garante que não teremos outro apagão? O presidente Lula precisa deixar claro: qual é a política energética proposta pelo seu governo? Quais as ações para corrigir possíveis erros do governo anterior?", questionou.

Agripino pede providências ao governo Lula

O senador José Agripino (PFL-RN), líder do partido, disse esperar que o governo Lula tome providências para evitar a paralisação de obras de usinas termelétricas no país, algumas delas tendo o próprio governo como sócio.

— Uma série de estímulos ao programa de construção de termoelétricas agora não existem ou são duvidosos. Espero que o governo, que prometeu criar 10 milhões de empregos, reveja a situação. No caso do Rio Grande do Norte, só a

usina Termoçu já demitiu 500 trabalhadores — declarou.

Agripino informou que a governadora do Rio Grande do Norte, Wilma de Faria (PSB), havia viajado para o Rio, onde se reuniria com a direção da Petrobras para encontrar uma fórmula de reativação das obras da Termoçu.

— A Petrobras é sócia no investimento, que é um trunfo da economia privada potiguar. A usina não pode prescindir do gás natural, extraído no próprio estado pela

Petrobras, a ser colocado à disposição da termoelétrica a preços favorecidos — observou.

O programa de construção de termoelétricas foi lançado pelo governo Fernando Henrique Cardoso durante o racionamento de eletricidade. O governo financiaria as usinas, algumas tendo a Petrobras como sócia, as quais completariam o abastecimento nacional em períodos de crise ou de redução de água nos reservatórios das hidrelétricas.

Valmir Amaral quer facilitar exportações

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) sugeriu ao governo federal a formação de um grupo de trabalho com a finalidade específica de analisar e propor medidas para superar os obstáculos que dificultam às empresas brasileiras a exportação de seus produtos. Ele defendeu a implantação de um mutirão nacional para diminuir os excessos da burocracia que atrapalham as exportações.

— Apesar do avanço da legislação e de termos livrado as expor-



Burocracia prejudica exportações, diz Valmir Amaral

tações de alguns tributos que as atazanavam, ainda são muitos os encargos tributários que pesam indevidamente sobre os produtos que nossas empresas vendem no mercado internacional. Basta mencionar tributos que incidem em cascata, como a CPMF (Contribuição

Provisória sobre Movimentação Financeira) e a Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) — afirmou Valmir Amaral.

Na avaliação do senador, so-

mente as grandes empresas conseguem enfrentar o que ele chamou de "labirinto burocrático" para vender seus produtos no exterior. Observou que são muitas as leis, decretos, portarias e normas de vários ministérios que dificultam as exportações.

Valmir Amaral falou ainda das vantagens que o aumento da exportação pode trazer para o Brasil. Ele citou como exemplo o crescimento da eficiência e o domínio de novas tecnologias pelas empresas exportadoras, a geração de empregos no país, maior movimentação da economia e incremento na arrecadação de impostos pelo governo.



Fiscalização do sistema de radiodifusão e proliferação de emissoras clandestinas foram alguns dos assuntos debatidos ontem pelo conselho

Conselho de Comunicação realiza debate com Anatel

O Conselho de Comunicação Social debateu ontem a fiscalização das emissoras de radiodifusão feita pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). A intenção do debate foi esclarecer sobre os efeitos da proliferação de emissoras não autorizadas e de rádios comunitárias.

De acordo com o superintendente de Radiofrequência e Fiscalização da Anatel, Edilson Ribeiro dos Santos, a interferência provocada por sinais de emissoras não autorizadas, ou mesmo por autorizadas funcionando em frequência inadequada, pode provocar, além dos prejuízos financeiros decorrentes da perda de qualidade de transmissão das emissoras comerciais, o comprometimento dos sistemas de radionavegação (controle em portos e aeroportos).

Os conselheiros também manifestaram preocupação com as concessões para emissoras comu-

nitárias e com o desvio de finalidade dessas instituições. Edilson Ribeiro disse que cabe à Anatel apenas definir a frequência em que vai transmitir a emissora autorizada. Questões relacionadas à concessão e ao conteúdo da programação ficam a cargo do Ministério das Comunicações.

O conselheiro Daniel Herz destacou a grande demanda por novas concessões, especificamente nas grandes cidades. Herz pediu ao representante da Anatel que envie ao conselho cópia do estudo técnico segundo o qual a proliferação de emissoras comunitárias representa risco à radionavegação.

ABI

Na primeira metade da reunião, o conselho recebeu o presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Fernando Segismundo, que falou sobre os problemas da entidade, que completa 95 anos de fundação em 2003.



TUMA ABRE CURSO DE ALFABETIZAÇÃO PARA FUNCIONÁRIOS TERCEIRIZADOS

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) começou ontem o Curso de Alfabetização de funcionários terceirizados. À solenidade compareceram o 1º secretário da Mesa, senador Romeu Tuma

(PFL-SP), o diretor-executivo do ILB, Florian Madruga, e o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia. Funcionários voluntários do quadro do Senado ministrarão as aulas.